



A EDUCAÇÃO PARA AS SEXUALIDADES PELA ÓTICA DE MÃES, PAIS E RESPONSÁVEIS POR ESTUDANTES

EDUCACIÓN PARA LAS SEXUALIDADES DESDE LA PERSPECTIVA DE MADRES, PADRES Y ESTUDIANTES RESPONSABLES

EDUCATION FOR SEXUALITIES THROUGH THE PERSPECTIVE OF MOTHERS, FATHERS AND STUDENTS RESPONSIBLE

Fernando Soares da Silva Neto¹

Joseval dos Reis Miranda²

RESUMO

Este artigo analisa a percepção de mães, pais e responsáveis sobre a educação para as sexualidades, com base em um estudo qualitativo e descritivo, utilizando análise de conteúdo. A pesquisa se fundamenta em autores como Saito e Leal (2000), Figueiró (2006), Louro (2008), Barros e Ribeiro (2012) e Gava e Villela (2016), que discutem as múltiplas dimensões da educação sexual, tanto no contexto escolar quanto familiar, ressaltando a importância de abordar a sexualidade de forma crítica e inclusiva. Os resultados demonstram a falta de conhecimento dos/as entrevistados/as sobre os conceitos e a aplicabilidade da educação para as sexualidades. Embora reconheçam a importância da educação sexual os/as entrevistados/as apontam dificuldades relacionadas à abordagem do tema e à preparação dos/as educadores/as. A pesquisa evidencia a relevância da temática e a necessidade de maior capacitação e sensibilização. A falta de preparo e de informações adequadas sobre o assunto ainda limita a efetividade dessa educação, tanto na escola quanto no ambiente familiar.

PALAVRAS-CHAVE: Educação sexual. Escola. Sexualidades. Diversidade.

RESUMEN

¹ Professor do Departamento de Fisioterapia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Doutorando em Modelos de Decisão e Saúde (PPGMDS), Mestre em Saúde Coletiva (PPGSC), Especialista em Gênero e Diversidade na Escola pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil. E-mail: fefefisioterapia946@gmail.com

² Professor Titular do Centro de Educação (CE). Doutor e Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Coordenador da Especialização em Gênero e Diversidade na Escola. Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil. E-mail: josevalmiranda@yahoo.com.br

Este artículo analiza la percepción de madres, padres y tutores sobre la educación sexual, a partir de un estudio cualitativo y descriptivo, utilizando el análisis de contenido. La investigación se basa en autores como Saito y Leal (2000), Figueiró (2006), Louro (2008), Barros y Ribeiro (2012) y Gava y Villela (2016), quienes discuten las múltiples dimensiones de la educación sexual, tanto en el contexto escolar como familiar, destacando la importancia de abordar la sexualidad de forma crítica e inclusiva. Los resultados demuestran el desconocimiento de los entrevistados sobre los conceptos y aplicabilidad de la educación sexual. Aunque reconocen la importancia de la educación sexual, los entrevistados señalan dificultades relacionadas con el abordaje del tema y la preparación de los educadores. La investigación destaca la relevancia del tema y la necesidad de una mayor formación y concienciación. La falta de preparación e información adecuada sobre el tema todavía limita la eficacia de esta educación, tanto en la escuela como en el entorno familiar.

PALABRAS-CLAVE: Educación sexual. Escuela. Sexualidades. Diversidad.

ABSTRACT

This article analyzes the perception of mothers, fathers, and guardians about sexuality education, based on a qualitative and descriptive study, using content analysis. The research is based on authors such as Saito and Leal (2000), Figueiró (2006), Louro (2008), Barros and Ribeiro (2012), and Gava and Villela (2016), who discuss the multiple dimensions of sexuality education, both in the school and family context, highlighting the importance of approaching sexuality in a critical and inclusive way. The results demonstrate the lack of knowledge of the interviewees about the concepts and applicability of sexuality education. Although they recognize the importance of sexuality education, the interviewees point out difficulties related to approaching the topic and the preparation of educators. The research highlights the relevance of the topic and the need for greater training and awareness. The lack of preparation and adequate information on the subject still limits the effectiveness of this education, both in school and in the family environment.

KEYWORDS: Sex education. School. Sexualities. Diversity.

Introdução

A presente pesquisa pretende analisar e descrever a contribuição da temática educação para sexualidades nos domínios da sociedade atual, sobre a ótica das/dos mães, pais e responsáveis por estudantes, regularmente matriculados em rede de ensino, baseada em uma análise de estudo de campo, do tipo transversal, com abordagem qualitativa e descritiva.

É visível que na contemporaneidade tudo que tange à temática de educação sexual ainda é visto como não apropriado, desnecessário e absurdamente estranho, em diversos nichos sociais. Segundo Randys Gonçalves, José Henrique Faleiro e Guilherme Malafaia

(2013) a educação para sexualidade é um ponto de partida para criação de conexões e espaços para a população infanto-juvenil, principalmente, quando está se encontra conectada diretamente com o ambiente educacional e familiar.

Embora seja reconhecida a existência de inúmeras demandas no que diz respeito ao envolvimento e acolhimento entre educandos/as, famílias e escola no âmbito da educação para as sexualidades, observa-se que, atualmente, o diálogo tem se tornado cada vez menos aberto e mais marcado por discursos violentos. Essa conjuntura tem gerado significativas dificuldades para a promoção de esclarecimentos e reflexões consistentes e significativas acerca da vivência sexual e reprodutiva de crianças e adolescentes.

A sexualidade é um fenômeno extenso, que se manifesta por meio de práticas sexuais, desejos, sentimentos, pensamentos e atitudes, a partir de inúmeras condições culturais e momentos históricos (Ana Maia, 2010). Segundo Thais Gava e Wilza Villela (2016), a sexualidade é uma atividade gerada pelo cenário em que está inserida, e cada ação sexual possui significados diferentes, sendo a faixa etária e a classe social aspectos variáveis. O que ocorre na vivência sexual é resultado da cultura e da estrutura de conjunturas sexuais ou não sexuais³, o que torna a sexualidade mais do que um comportamento individual. Sabendo disso, por meio das pedagogias sexuais assim como nos discursos leigos, religiosos e midiáticos, a população aprende sobre os valores sexuais, situando-se em relação à sua sexualidade e à do outro (Ana Maia; Paulo Ribeiro, 2010).

Elizabeth Ferreira e Maria Eulina Carvalho (2016) descrevem que a educação para sexualidades pode ser entendida com um grande e significativo processo educativo progressivo, cujo as abordagens se entrelaçam por temáticas como: relação sexual, gravidez, Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's)⁴, métodos contraceptivos, violência sexual e doméstica, questões de diversidade sexual, aborto, entre outros. É extremamente pertinente observarmos o quanto essas temáticas estão distantes da realidade escolar, e ao mesmo tempo, próximas, tendo em vista o grande avanço da informação que chega às crianças e aos/as adolescentes na atualidade, mas que os/as

³ A expressão “conjunturas sexual ou não sexual” refere-se aos diferentes contextos relacionais, situacionais e intersubjetivos nos quais se expressam dimensões da sexualidade humana, independentemente da ocorrência de práticas sexuais. Essas conjunturas incluem interações marcadas por desejo, afeto, intimidade, identidade de gênero, orientação sexual, vínculos emocionais e aspectos simbólicos e socioculturais que estruturam as experiências individuais e coletivas.

⁴ A autora descreve Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's), todavia, descrevemos o termo atual, segundo a nova nomenclatura adotada pelo Ministério da Saúde (MS). – Ver o decreto - Decreto nº 8.901/2016 e publicada no Diário Oficial da União em 11.11.2016, Seção I, páginas 03 a 17.

deixam com muitos questionamentos, e que não alcançam o espaço escolar, quiçá da família, devendo, pois, ser debatidos intimamente na sala de aula, conforme a necessidade dos/das discentes.

É imprescindível compreendermos que os comportamentos e atitudes conectados com o princípio da sexualidade são intrínsecos aos indivíduos, e acabam acompanhando-o desde o momento do nascimento, até sua vivência adulta. Esses são pontos básicos do processo de formação que caracteriza a educação para as sexualidades. Entretanto, segundo Ana Maia e Paulo Ribeiro (2011), quando

Esta educação sexual deixa a esfera dos processos socioculturais amplos e abrangentes que fazem parte da história de vida dos indivíduos e da história geral da humanidade, e é transformada em objeto de ensino e orientação, com planejamento, organização, objetivos, temporalidade, metodologia e didática, ela se afunila e restringe sua ação à escola, transformando-se em uma educação sexual escolar, que exige preparação e formação de profissionais para atuar nesta área (p.76).

Infelizmente, o debate e inclusão da temática acerca das questões sexuais no Brasil são extremamente recentes, tendo uma remodelagem estruturada no século XX, com a organização e publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), onde eram citadas questões sexuais de forma transversal. Todavia, com o andamento das questões, fóruns e análises de conteúdo, alguns avanços e espaços foram feitos e alcançados, ampliando os pontos para educação sexual, segundo Beatriz Barbosa, Elisângela Araujo e Késsia Moura (2003).

É importante enfatizar que, embora ainda sejam utilizados na atualidade, os PCNs não constituem mais a principal política educacional vigente. Vivenciamos atualmente um cenário marcado por disputas políticas no campo da educação, o que acarreta grandes impasses e complexidades, especialmente no que se refere ao debate sobre as sexualidades no contexto escolar.

Nesta perspectiva educacional para sexualidade, lançamos mão das seguintes questões, a saber: (a) Qual seria a importância do debate referente às questões sexuais e reprodutivas na escola? (b) Como mães, pais e responsáveis veem o papel do/a educador/a na vida dos/das educandos/as como facilitadores das informações do âmbito sexual? (c) Será que a escola compreende o perfil e as necessidades do seu público?

Logo, é importante compreendermos sobre a percepção de familiares diretamente responsáveis pelos/as estudantes, acerca da contribuição da educação para sexualidades, quando abordada na escola, sobre o cotidiano de seus/suas filhos/as ou tutorados, e/ou qual seria, na visão deles/as, a pertinência desta temática em escolas que não debatem tal

tema no cotidiano das crianças e adolescentes. Isso possibilitaria uma maior aplicabilidade da temática, bem como a promoção de ações.

Devemos considerar que é necessária, na escola, uma educação para sexualidades que transcenda os enfoques exclusivamente reprodutivos e que incorpore os domínios psicológico, afetivo, socioeconômico e, até mesmo, espiritual, ou seja, diversas dimensões da sexualidade humana para além dos aspectos biológicos, e de forma não sexista. Além disso, no ambiente escolar, as trocas, informações e diálogos são, muitas vezes, ampliados em comparação ao espaço familiar, permitindo, assim, a alunos/as e professores/as o acesso a novos conhecimentos, bem como a desconstrução de preconceitos.

A partir das considerações que autores/as supracitados/as (Gonçalves; Faleiro; Malafaia, 2013; Maia, 2010; Gava; Villela, 2016; Maia; Ribeiro, 2010; Ferreira; Carvalho, 2016; Maia; Ribeiro, 2011; Barbosa; Araujo; Moura, 2003) e outros/as que constroem inteligibilidades a respeito da temática tão sensível, esta pesquisa tem como objetivo analisar a percepção de mães, pais e responsáveis acerca da educação para sexualidade no ambiente escolar, e de que forma a temática sexualidade tem sido trabalhada no processo de aprendizagem.

Educação para sexualidades na escola: conceitos e reflexões

Cada leitura, material e publicação nos provoca de forma diferente sobre o que pensamos, dialogamos e construímos quando o assunto é educação para sexualidades e suas dimensões. Devemos compreender que entendimentos ancorados em nomes como “*Orientação Sexual*”, “*Educação Sexual*”, “*Educação em Sexualidade*” entre outros são reordenamentos teóricos.

A escolha do termo educação para sexualidades se deu a um olhar ampliado e diverso frente ao rompimento dos “[...] discursos naturalizados e sacralizados culturalmente sobre a sexualidade relativizando-os, pondo-os sob suspeita, como também desestabilizando certezas, na tentativa de ampliar olhares em outras direções, caminhos e possibilidades” (Suzana Barros; Paula Ribeiro, 2012, p. 04).

A educação sexual e/ou para sexualidades não é algo que emana a erotização infanto-juvenil, e sim, um meio de pedagogia que traz uma visão de diversidade e inclusão a esta população que tanto é reprimida por meios tradicionalistas que não abarcam as

questões sexuais: "A educação sexual é o inverso da erotização da criança. Ela tem a finalidade de levar informação e conhecimento sobre tudo o que diz respeito ao corpo, para que as pessoas entendam de onde vieram" (Mary Figueiró, 2018, p. 35).

A discussão acerca dos conceitos, noções e meios de aplicabilidade da educação para sexualidades no ambiente escolar não é novidade para a sociedade contemporânea, tendo em vista que sua crítica e análise tiveram início no século XX, com propostas centrais dos governos, que delimitavam a discussão acerca da sexualidade humana, a partir de condições de cunho biológico, moralista e religioso. Antes disto, entre 1920-1959, as interlocuções eram muito centradas na saúde sexual da mulher cisgênero⁵ (Guacira Lopes Louro, 2008).

Nesta perspectiva normativa, sexista⁶ e não evolutiva, foi necessário ampliar as discussões e ambientes de debates, que propusessem meios que ultrapassassem os pontos biológicos e religiosos. No início da década de 90 (século XX), as esferas governamentais, através da promulgação da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, e Programas de enfrentamento das condições de saúde-doença transmissíveis sexualmente como (HIV/AIDS⁷), trouxeram a implementação e contextualização prática da educação sexual, segundo Gava; Villela (2016).

Mesmo que a discussão da educação para sexualidades seja extremamente admirável, seu debate não foi iniciado pelo simples fato de sua importância no desenvolvimento global de indivíduos, e sim porque se percebeu a necessidade de discutir essa temática pelas situações sociais que eram pertinentes e cotidianas, impactando a vida de inúmeras famílias e serviços, principalmente entre os jovens, como a gravidez e uso de drogas que pudessem interferir na saúde, gerando o aparecimento de IST's, conforme Maria Saito; Marta Leal (2000).

⁵ Termo utilizado para descrever indivíduos que se identificam com o gênero de nascimento. "A cisgêneridade emerge como um balizador (conceito-prática articulado no interior dos movimentos trans) dos processos sociais que estabelecem hierarquias e privilégios a partir de uma crítica ao apego discursivo sobre a anatomia política do gênero" (Leonardo; Athayde; Pocahy, 2017, p. 04). Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enlacando/2017/TRABALHO_EV072_MD1_SA2_ID903_17072017205519.pdf>. Acesso em: 19 de novembro de 2021.

⁶ Termo usado para descrever um meio linguístico que utiliza palavras de cunho binário feminino e/ou masculino, levando a uma discriminação em razão do gênero. García Meseguer, Álvaro. ¿Es sexista la lengua española? 2001. Disponível em: <<http://repositorio.ciem.ucr.ac.cr/bitstream/123456789/50/1/RCIEM039.pdf>> Acesso em: 19 de novembro de 2021.

⁷ HIV/AIDS: sigla em inglês para *Human Immunodeficiency Virus / Acquired Immunodeficiency Syndrome*, ou em português, Vírus da Imunodeficiência Humana / Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA). É importante lembrar que o HIV é o agente causador da AIDS.

Embora as condições anteriormente citadas sejam de grande relevância para a discussão, a preocupação de pais, mães e responsáveis por crianças e adolescentes, somada à falta de preparo de educadores/as, tem levado crianças a enfrentarem barreiras para compreender sua própria evolução sexual, além de impedir que adolescentes vivenciem plenamente sua sexualidade.

Por anos, as discussões centradas no contexto da sexualidade humana tinham como base predominantemente as condições biológicas, o que levava a uma falsa percepção de que tais abordagens “resolviam” as demandas relacionadas às sexualidades e aos ciclos da vida. Nas aulas de Ciências e/ou Biologia, o/a educador/a costumava focar-se em temas como anatomia, fisiologia e comportamento reprodutivo, promovendo uma visão excessivamente simplista, biogeneticista, sexista e tradicional para crianças e adolescentes.

Segundo Saito e Leal (2000, p. 03) “Se a meta é informar ou, melhor ainda, formar, a escola destaca-se entre os grupos de referência por ser esta a sua função precípua. Nesse espaço pedagógico, a orientação sexual torna legal a discussão sobre sexualidade”.

É importante ressaltar que discutir sobre sexualidades e sua relação com as experiências e vivências dos jovens e crianças não os/as levam a iniciar precocemente a atividade sexual e/ou se orientarem a padrões de gênero impostos pelas normativas sociais, mas sim a proporcionar um espaço de reflexão crítica e consciente sobre suas próprias identidades, desejos e relações interpessoais. Esse processo contribui para o fortalecimento da autonomia e da capacidade de tomada de decisões informadas, além de promover o respeito à diversidade e a desconstrução de estigmas e preconceitos, incentivando um desenvolvimento saudável e responsável da sexualidade.

Nesta visão, a educação para sexualidades se torna um meio de grande importância na formação do ser, trazendo o seu conhecimento pessoal e sexual. Este meio educacional acaba sendo um início para as discussões reprodutivas e sexuais, fazendo-se assim

[...] clara a necessidade de haver reflexão sobre as singularidades de cada faixa etária e sobre os fatores de risco. Para isto, talvez o primeiro passo seja reconhecer a criança como ser sexuado e o adolescente desvinculado dos estereótipos que o ligam à liberação dos costumes, ao erotismo excessivo e à promiscuidade; é igualmente importante não encarar a sexualidade como sinônimo de sexo ou atividade sexual, mas, sim, como parte inerente do processo de desenvolvimento da personalidade (Saito; Leal, 2000, p. 03).

O papel da escola nesta perspectiva central pode ser visto

[...] não apenas como importante, mas como estratégico na medida em que se constitui num local potencialmente explicitador e questionador das complexas formas pelas quais as identidades culturais são construídas, articuladas, experienciadas, transgredidas e rearticuladas no âmbito do social. O currículo escolar, portanto, é central na construção das diferenças e das identidades. Não apenas definido como a relação de disciplinas, conteúdos, atividades, metodologias, avaliações, regulamentos... O currículo é “todo um sistema de comportamento e de valores [...]” (Jimena Furlani, 2007, p.4).

Diante do exposto, cada vez mais vemos a necessidade de abordar esta temática na escola ao longo dos diferentes anos letivos, tendo em vista que as questões relacionadas à sexualidade estão presentes em todas as faixas etárias. No entanto, a falta de preparo por parte dos/as professores/as, somada à negação da sociedade contemporânea e ao medo de exposição por parte de adolescentes e crianças, contribui para o silenciamento do tema da educação sexual, dificultando seu tratamento de maneira adequada e construtiva.

É importante lembrar que não é possível e viável pedir ao/à estudante que deixe sua sexualidade do lado de fora da escola, sala de aula e/ou discussões em grupos, tendo em vista que tal dimensão faz parte da sua trajetória social e pessoal. Segundo Furlani (2007), na sociedade atual, o discurso de moralismo impede a escola de expor essa temática e fazer todos/as entenderem as questões que ultrapassam o ambiente educacional.

Embora muitas pessoas ainda não compreendam a importância da educação para as sexualidades na escola, é essencial reconhecer que questões relacionadas à sexualidade estão presentes no cotidiano, como, por exemplo, brincadeiras entre colegas sobre sexualidade, banheiros sexistas para o uso de pessoas trans e/ou travestis, expressões de gênero por meio das vestimentas e a gravidez entre adolescentes. No entanto, quando os/as educadores/as não estão devidamente preparados/as, ou quando pais, mães e responsáveis não entendem a relevância desse debate no ambiente escolar, as intervenções tendem a ser cada vez mais conservadoras e, muitas vezes, violentas e/ou castradoras.

Desta forma, se torna primordial refletir sobre os contextos de sexualidade e educação, tendo em vista que tal debate vai além das barreiras sociais e portões da escola, pois não é uma temática médica centrada, e sim, pertinente às vivências de todos os indivíduos.

Escola, família e sua relação com a educação para as sexualidades

Educar é também um ato de resistência, que deve ser compreendido como ponto de partida para o enfrentamento de diversas questões sociais. Mesmo com a pouca valorização, a educação é um espaço de inserção crítica, onde indivíduos podem afirmar e dialogar com a diversidade e a autenticidade. A necessidade de debater temas que abordem as questões sexuais deve ser reconhecida e incentivada, pois o medo de enfrentar esses desafios representa a “pedra” no caminho do/a educador/a. Nesse sentido, Paulo Freire (2000) nos diz que

Não tenho que esconder meus temores. Mas o que não posso permitir é que meu medo me imobilize. Se estou seguro do meu sonho político, com táticas que talvez diminuam os riscos que corro, devo prosseguir na luta. Daí a necessidade de comandar meu medo, de ‘educar’ meu medo, de que nasce finalmente minha coragem (Paulo Freire, 2000, p. 24).

Mesmo com os avanços tecnológicos e sociais, a educação ainda sofre com uma espécie de repressão, com seu desmonte e a falta de diálogo na sala de aula. No que tange à sexualidade humana, é imprescindível compreendê-la na sua totalidade quando intrínseca ao ser humano, sendo, sobretudo, uma construção sociocultural e não estática, mas sim, histórica e com traços de mudança ao decorrer da vida.

Onde a educação para as sexualidades é plausível e aplicável no contexto escolar? Entendemos, assim, que no processo de (Des)construção, ensino-aprendizagem e construção do conhecimento pessoal, o indivíduo traz consigo aspectos que englobam sua vida, como experiências, dúvidas e dores, as quais precisam ser acolhidas e compreendidas pelo ambiente escolar. Esse acolhimento deve envolver desde a porta de entrada até a gestão escolar, pois é perceptível que tais indagações estão presentes no cotidiano da escola, seja de forma direta ou indireta, emergindo nos debates das disciplinas.

Acredito⁸ que as relações estabelecidas ao longo de todo o processo no espaço escolar sejam entre docente e aluno/a, entre os/as profissionais de apoio educacional (como gestores/as, equipe da secretaria, cantina, limpeza e outros), entre alunos/as, ou ainda entre família e escola se constroem por meio da vivência e da confiança. Ao estudar

⁸ Peço licença para dissertar na primeira pessoa do singular neste trecho, compreendendo que, ao abordar temáticas que atravessam a subjetividade, os afetos e as vivências individuais, o uso da primeira pessoa torna-se uma ferramenta metodológica e política. Deixo disposto pois, a minha motivação pessoal para a escolha do tema, assumindo assim uma postura reflexiva e situada.

a disciplina educação sexual na especialização e articulá-la com minha vivência prática quanto profissional da saúde e docente do ensino técnico, tecnológico e superior, pude constatar que ainda há muito a ser feito nesse contexto, especialmente no que diz respeito à criação de ambientes verdadeiramente acolhedores, inclusivos e comprometidos com o desenvolvimento integral dos sujeitos.

Segundo Anami e Figueiró (2009, p.12) “[...] a construção, a manutenção ou a ressignificação dos valores morais, das normas sexuais e de todos os significados relacionados às questões da sexualidade”, dá-se assim, por meio deste processo de interação, empatia e envolvimento.

Diante disto, é importante entender que uma educação para sexualidades de cunho castrador e não libertador é puramente complexa e impactante na vida e qualidade biopsicossocial de jovens e crianças em todo mundo. A escola é um ambiente estratégico para discutir questões de gênero e sexualidade. No entanto, muitos pais, mães e responsáveis ainda acreditam que o espaço escolar não deve abordar temas relacionados ao sexo com crianças e adolescentes. Essa visão reflete uma grande desinformação sobre o que, de fato, é a educação sexual e qual é sua importância para o desenvolvimento integral dos/as estudantes. Vale destacar que a relação sexual é apenas um dos aspectos da sexualidade, que envolve também questões afetivas, sociais, psicológicas e culturais.

Sabe-se que pais, mães e responsáveis não matriculam seus/suas filhos/as na escola com essa visão de abordagem, porém muitos/as acabam vivenciando no seu cotidiano situações nas quais não sabem lidar, como perguntas sobre anatomia, fisiologia, sexualidades, orientação sexual e doenças relacionadas à prática sexual, tomando assim um ato de solução extremo, que é o silenciamento dos jovens e crianças sobre a temática e/ou informando-os de forma errônea, segundo Gava e Villela (2016).

Precisamos ir além “*da caixinha*” e entender de forma ampla e relacional que uma educação para sexualidades não libertadora leva futuros/as jovens e crianças a adoecerem psicologicamente, bem como a limitarem seu entendimento acerca das questões sexuais, reprimindo-os(as), evitando consequentemente o desenvolvimento da autonomia.

Diariamente crianças, adolescentes e, até mesmo nós, somos totalmente bombardeados/as por informações verdadeiras, falsas, impactantes e aterrorizantes de cunho extremamente complexo, nos veículos de telecomunicações, sobre a sexualidade humana e padrões sociais; muitas destas proporcionam um grande espaço para tabus, preconceitos, violência e isolamento sobre as questões sexuais, de gênero e diversidade. Todavia, percebemos que na atualidade também é possível ver informações de reflexão

pedagógica, interativa e de caráter educacional para diversas idades estimulando a compreensão sobre essas temáticas.

Mas como a relação da escola com a família e vice-versa pode contribuir para uma melhor intervenção e aplicabilidade da educação para as sexualidades no ambiente educacional? Isso é um ponto a ser debatido e entendido em vários contextos teóricos. Antes de tudo é muito importante que os responsáveis e a sociedade em geral entendam a importância da educação sexual na escola. É essencial também que os/as formadores/as tenham um entendimento teórico-prático para discutir essas temáticas de forma transversal sobretudo no ambiente escolar, pois mesmo com pouco apoio governamental, esses debates são extremamente significativos.

A escola, quando intercalada com a família, consegue de forma mais ampla, promover e diagnosticar demandas sobre sexualidades, entre os jovens e crianças, entendendo sua fase cronológica e vivências cotidianas. Ressaltamos que a escola tem o primordial papel de discutir sobre temáticas importantes para a vivência dos indivíduos, dentro e fora dos muros do ambiente escolar, se responsabilizando por uma parte da formação dos seres quanto ao entendimento da sua sexualidade e vida social. Todavia, não se pode somente deixar para que a escola trabalhe esses pontos formativos, pois muitas dessas discussões já advêm do ambiente familiar.

Desta forma, para se obter uma discussão ampla, é imprescindível entender as necessidades dos jovens e crianças, as barreiras que levam a não discussão sobre a educação sexual e qual impacto desta no seio familiar.

Procedimentos Metodológicos

Trata-se de uma investigação de delineamento transversal, com abordagem qualitativa e descritiva, alicerçada em uma ampla pesquisa teórica que fundamenta os conceitos, reflexões e a intersecção entre os seguintes eixos: escola, família e educação para a sexualidade. A coleta de campo foi orientada pela seguinte questão norteadora: Qual a percepção de mães, pais e responsáveis pelos/as estudantes acerca da educação para a sexualidade no ambiente escolar?

De acordo com Minayo (2009, p. 16), para que se construam contribuições significativas que impactem as populações no campo científico, a pesquisa é um contexto básico e imprescindível em sua indagação. Nesse sentido, a autora afirma: “É a pesquisa

que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação”.

Inicialmente, optamos por utilizar a abordagem qualitativa. Segundo Oliveira (2011), os estudos qualitativos conseguem analisar os dados com base em seu significado, captando os fenômenos em estudo, visando determinar relações, modificações, consequências e origens.

A fim de estruturar o estudo e organizar seus dados, optamos por utilizar também a abordagem de pesquisa descritiva, que visa “[...] descrever um fenômeno ou situação em detalhe, permitindo abranger com clareza as características de um indivíduo, um grupo ou uma situação, bem como desvendar a relação entre os eventos” (Júlia Pedroso; Kauana Silva; Laiza Santos, 2017, p.1). Esse tipo de abordagem centraliza suas informações, ao observar e caracterizar os desfechos encontrados sem aprofundamento.

O estudo foi realizado no estado da Paraíba, com mães, pais e responsáveis por estudantes regularmente matriculados/as em rede de ensino pública e/ou privada, moradores das cidades de João Pessoa e sub-regiões. As respostas dos/as participantes partiu do olhar da saturação descritiva, visto que, quando as respostas começaram a se repetir ou a confrontar o pesquisador, a coleta foi finalizada. Ao todo, foram cinco participantes de ambos os sexos, estrutura familiar e localidade geográfica, dentro da zona delimitada.

Foram incluídos/as mães, pais e/ou responsáveis por estudantes que estivessem matriculados/as em rede de ensino, moradores do estado da Paraíba, com residência de no mínimo, cinco anos no estado, disponíveis para responder a entrevista semiestruturada, e que aceitassem participar da pesquisa espontaneamente, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Foram excluídos/as da pesquisa os/as responsáveis menores de idade; famílias com estudantes matriculados/as em redes de ensino fora do estado da Paraíba; aquelas com alta sazonalidade de residência (menos de cinco anos no mesmo endereço); bem como mães, pais e responsáveis que não estivessem disponíveis para responder à entrevista semiestruturada, que se recusassem a fornecer as informações solicitadas e/ou que não concordassem em assinar o TCLE.

Após a concordância dos/as participantes em colaborar com o estudo, foi enviado uma via do TCLE a todos/as, por meio digital, em formato de formulário. Nesse termo, foram apresentadas todas as etapas da pesquisa, bem como a proposta do trabalho, seus objetivos, os possíveis benefícios e a garantia de que não haveria quaisquer riscos físicos

ou morais aos/às participantes. Além disso, foi informado que não haveria nenhum tipo de custo envolvido e que eventuais dúvidas poderiam ser esclarecidas a qualquer momento.

O contato com os/as entrevistados/as foi realizado por meio das redes sociais e por indicações de colegas e professores/as vinculados/as à rede de ensino básico do estado da Paraíba. A partir dessas aproximações, o/a pesquisador/a estabeleceu comunicação direta com os/as potenciais participantes por meio de mensagens escritas enviadas por aplicativos de mensagens instantâneas e por *e-mail*, nas quais foram apresentados os objetivos do estudo, os principais pontos da pesquisa e o convite formal à participação.

Quando abordados/as, mães, pais e responsáveis receberam explicações detalhadas sobre a pesquisa e a entrevista semiestruturada, com ênfase no caráter voluntário da participação, sendo esclarecido que se tratava de um convite, podendo, portanto, aceitar ou recusar livremente, sem qualquer prejuízo. Foram ainda apresentadas as características do projeto, seus objetivos, a forma de condução da entrevista, o tempo estimado para sua realização, bem como garantido o sigilo das informações e o anonimato dos/as participantes. Todas as dúvidas eventualmente levantadas foram prontamente esclarecidas, assegurando a compreensão e a autonomia dos/as envolvidos/as antes da assinatura do TCLE.

A realização da pesquisa ocorreu por meio da plataforma de videoconferência gratuita *Google Meet*, utilizando-se de entrevistas semiestruturadas em formato virtual. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, com foco nas falas e informações centrais apresentadas pelos/as participantes. Para condução das entrevistas, foi elaborado um roteiro semiestruturado de forma autoral, especificamente para esta investigação, o qual permitiu a obtenção de variáveis qualitativas relacionadas à temática da educação para sexualidades e suas transversalidades no contexto familiar.

O roteiro da entrevista teve como objetivo identificar o perfil sociodemográfico dos/as participantes, além de coletar informações gerais sobre a temática da sexualidade e da educação sexual. Também foram incluídas perguntas centrais alinhadas às questões de investigação da pesquisa, favorecendo a construção de dados qualitativos pertinentes. A duração estimada para a realização de cada entrevista foi de, no máximo, 45 minutos, tempo considerado suficiente para contemplar os tópicos propostos sem causar desgaste aos/as participantes.

Para a análise dos dados, com intuito de possibilitar a identificação das categorias e perspectiva teórica, utilizou-se a análise de conteúdo (AC) descrito por Laurence

Bardin. A análise se deu diretamente pela apreciação das categorias temáticas, cujo o princípio foi identificar os elementos e os classifica conforme temas emergentes, os agrupando, segundo Rita Caregnato e Regina Mutti (2006).

Estabeleceram-se três etapas para tal: pré-análise documental, exploração do material e tratamento dos resultados encontrados e, por fim, a interpretação. A primeira etapa foi feita a partir da organização da estrutura do estudo, como leitura do aporte teórico, descrição dos objetivos, elaboração dos indicadores e percurso; a segunda se deu pela codificação das unidades de registro; e a terceira pela categorização, classificação, semelhança e/ou diferenciação dos elementos para reagrupamento, conforme Maria Puglisi e Barbosa Franco (2005).

As categorias temáticas foram criadas segundo as informações colhidas e as questões de pesquisa elencadas para o estudo. Obteve-se como unidades de registro temas como: Educação para sexualidades, relação família, escola e diversidade no ambiente educacional, e as falas direcionadas dos(as) participantes. Como unidade de contexto foram consideradas as categorizações.

Direcionamentos dos achados

Após a realização das entrevistas e a tabulação dos dados coletados, foi possível categorizar as informações apresentadas pelas/os mães, pais e responsáveis em quatro categorias definidas *a posteriori*, conforme os princípios da AC. As categorias identificadas foram: (1) Descrição sociodemográfica dos/as participantes; (2) Educação sexual: conectando com a realidade; (3) A educação para sexualidades no ambiente escolar e o trabalho desenvolvido pela escola sob a ótica das/os mães, pais e responsáveis; e (4) Dificuldades e sugestões para o desenvolvimento do trabalho com a temática da sexualidade na escola. As unidades de registro adotadas foram: “Educação para sexualidades”, “Relação família e escola” e “Diversidade no ambiente educacional”. As falas dos/as participantes e seus contextos foram essenciais para a construção e fundamentação dessas categorizações.

Descrição sociodemográfica dos (as) participantes

Foram entrevistados cinco (n=05) responsáveis diretos por estudantes matriculados na rede pública e privada de ensino, do Estado da Paraíba. Somente um dos entrevistados era do gênero masculino⁹. As idades variaram entre 30 - 46 anos, sendo que duas participantes tinham trinta anos, duas entre trinta e quatro e trinta e seis anos, e somente o participante do gênero masculino tinha quarenta e seis anos de idade.

Em relação à renda, quatro participantes declararam receber entre dois a três salários mínimos, e somente uma declarou receber menos de um salário mínimo (Tabela 1). As mães, pais e responsáveis entrevistados tinham de um a dois filhos (as) matriculados.

Tabela 1: Dados sociodemográficos dos/as participantes.

Nome Fictício ¹⁰	Idade	Gênero	Residência	Renda familiar	Zona de domicílio	Cidade	Religião	Cor\raça
<i>Yan</i>	36 anos	Feminino	Própria	2-3 salários mínimos	Urbana	João Pessoa	Evangélica	Negra
<i>Clarice</i>	34 anos	Feminino	Alugada	2-3 salários mínimos	Urbana	João Pessoa	Sem Religião	Branca
<i>Farias</i>	30 anos	Feminino	Própria	< 1 salário mínimo	Rural	Itapororoca	Evangélica	Parda
<i>Cláudia</i>	30 anos	Feminino	Própria	2-3 salários mínimos	Urbana	João Pessoa	Evangélica	Parda
<i>José</i>	46 anos	Masculino	Própria	2-3 salários mínimos	Urbana	João Pessoa	Católica	Parda

Fonte: dados da pesquisa.

A maioria dos/as entrevistados/as (n=04) residia na cidade de João Pessoa, em área urbana, enquanto apenas uma participante era proveniente da zona rural, da cidade de Itapororoca. Em relação à faixa etária dos/as estudantes, dois participantes eram pais/mães de um filho/a com 12 anos de idade, um participante tinha um filho/a de 10 anos, e dois participantes eram pais/mães de dois filhos/as, com idades entre 7 e 10 anos.

⁹ É relevante ressaltar que nos resultados é possível encontrar dois nomes direcionados a característica masculina, todavia, um deste é de uma pessoa do gênero feminino, que optou por este meio de identificação.

¹⁰ Nomes fictícios inseridos na tabela do estudo que foram escolhidos de maneira voluntária pelos/as participantes.

Todos/as os/as filhos/as estavam frequentando a escola de forma regular, embora, em alguns casos, de maneira remota.

Educação para as sexualidades: conectando com a realidade

A segunda categoria refere-se à abordagem da temática sexual no contexto familiar e suas conexões com a vivência e a realidade das famílias. Observou-se que a grande maioria dos/as entrevistados/as sente algum receio ao falar sobre sexualidade com seus filhos/as (n=03), embora reconheçam que, no dia a dia, as questões relacionadas à sexualidade são frequentemente levantadas por eles/as (n=04) (Quadro 1).

Quadro 1: Questões direcionais sobre educação para sexualidades no seio familiar.

Perguntas	Sim (n°)	Não (n°)
<i>Você tem vergonha de falar sobre qualquer pauta acerca da sexualidade humana com seus filhos/as?</i>	3	2
<i>Seus pais já conversaram com você sobre relação sexual?</i>	1	4
<i>Seu/sua filho/a já lhe perguntou algo relacionado à temática sexual?</i>	4	1
<i>A escola do seu/sua filho/a tem momentos e/ou debates sobre sexualidade?</i>	1	4
<i>Você gostaria que a escola falasse sobre educação sexual ao seu/sua filho/a?</i>	4	1

Fonte: dados da pesquisa.

Mediante os relatos, observou-se que, embora as mães, pais e responsáveis, sintam vergonha ou evitem discutir a temática da sexualidade em casa, ela se faz presente no cotidiano, principalmente em questões relacionadas à anatomia, à relação sexual e/ou à orientação sexual.

Quando questionados/as sobre qual pergunta feita pelos/as filhos/as consideraram completamente "estranha" e como reagiram a essa situação, os/as participantes expressaram nos relatos que:

Ela me perguntou um dia como era feito as crianças, isso me deixou de cabelo em pé, minha reação foi de espanto, nem sabia o que responder, aí disse que quando ela tivesse uma melhor idade eu explicava a ela (Yan, 36 anos).

Uma vez ele falou assim: o que é bissexual mãe? Eu parei e tentei organizar as ideias, para tentar falar com ele. Eu respondi, que tal pessoa sente atração por pessoas do mesmo sexo e do sexo oposto (Clarice, 34 anos).

Ela perguntou a mim o que era virgindade, aí eu fiquei sem saber, pois, ela viu no TikTok¹¹, eu expliquei que isso é uma coisa que mocinha tem e um dia você vai perder, depois mamãe lhe explica melhor, fiquei sem saber o que dizer na hora (Farias, 30 anos).

Meu filho mais novo me perguntou um certo dia, mãe o que é transar, minha reação foi de susto, não sabia o que dizer, aí disse que era uma coisa de adulto (Cláudia, 30 anos).

É possível analisar que os/as responsáveis pelos/as estudantes reconhecem a pertinência da educação sexual no cotidiano familiar, entendendo a tecnologia como um recurso que pode ser tanto benéfico quanto prejudicial para a compreensão das sexualidades humanas. Observamos que as questões reprodutivas já não são o foco central dos debates sobre educação sexual na vida dos/as estudantes. Temas como orientação sexual, incluindo a bissexualidade, e a questão da virgindade surgem nas falas dos/as entrevistados/as.

Os discursos normativos e conservadores sobre o que significa ser homem ou mulher, bem como sobre a reprodução, impõem barreiras para o debate sobre educação para as sexualidades, tanto no ambiente escolar quanto no familiar. “Entender a sexualidade em uma perspectiva histórico-cultural, e não mais em uma perspectiva estritamente biológica, tem sido o principal fundamento dessas críticas” (Nilson Diniz; Araci Asinelli-Luz, 2007, p.04).

A educação para sexualidades no ambiente escolar e o trabalho desenvolvido pela escola com a temática sexualidade na ótica das/os mães, pais e responsáveis

De acordo com César (2009), muitos responsáveis dentro da sociedade contemporânea reconhecem a importância da educação para sexualidades no âmbito escolar, todavia, com uma visão totalmente reprodutiva e preventiva, principalmente no que se relaciona aos pontos IST's e gravidez. Debates que tange à sexualidade, como meio que transcende as barreiras biológicas, são evitados e/ou não realizados.

Em contrapartida, é evidente a necessidade desse diálogo, pois, no cotidiano, questões relacionais permeiam as vivências dos/as estudantes. Os debates e informativos sobre educação sexual nas escolas têm sido escassos, conforme foi observado nos

¹¹ O TikTok é uma plataforma de mídia social que permite aos usuários criar, compartilhar e descobrir vídeos curtos, frequentemente com músicas, efeitos especiais e outros recursos, desde sua criação, em 2016. TIKTOK. *TikTok* [S.l.], 2016. Disponível em: <https://www.tiktok.com>. Acesso em: 18 abr. 2025.

discursos dos pais, mães e responsáveis, seja pela falta de preparo dos/as educadores/as ou pela gestão inadequada dos governos.

Quando questionados/as sobre a implementação e o debate sobre essas questões nas escolas, os/as entrevistados/as reconhecem a importância do tema. No entanto, há uma grande dificuldade na percepção dos pais, mães e responsáveis sobre como e o que deve ser tratado nas escolas em relação às questões sexuais.

Eu vejo como ruim, na verdade eu gostaria que falasse sobre sexualidade sim, porém dentro do limite, pois hoje a escola vai além, querendo colocar ideias na cabeça das crianças, dizendo que pode ficar com todo mundo (Yan, 36 anos).

Eu vejo que é super importante debater isso na escola, pois já facilita muito para a gente, pois [...] eles vão passar o dia lá. É importante esse debate na escola, pois ajuda em casa, levando em consideração que ainda fico com vergonha de falar (Farias, 30 anos).

Eu vejo de uma forma muito fraca, é como se fosse um conteúdo e temática deixada à parte, algo menos importante (Clarice, 34 anos).

Não acontece isso não, e não é importante, pois ela é uma criança (José, 46 anos).

Não existe, nunca teve isso na escola deles (Cláudia, 30 anos).

Infelizmente, muitos responsáveis pelos/as estudantes ainda acreditam que a educação para sexualidades é um meio de ensinar crianças e jovens a praticar a relação sexual de forma descompromissada e sem informações válidas e viáveis, vendo-a apenas como uma forma de incentivá-los/as a iniciar a atividade sexual precocemente. Essa postura dificulta a convivência no seio familiar e perpetua o sexismo, o machismo e as condições que isolam os indivíduos, que ainda permeiam a sociedade atual, impactando o desenvolvimento pessoal e social de jovens e crianças.

É fundamental esclarecer que a educação para sexualidades não expõe crianças e adolescentes à prática sexual, mas, sim, oferece informações sobre práticas seguras, o corpo, as sexualidades e temas correlatos, de acordo com a idade e as pautas apropriadas.

A compreensão que somos produto do meio e que o corpo é uma concepção do holístico¹², interligado a sistemas orgânicos e condições emocionais e psíquicas, é primordial. Deve-se considerar que fatores culturais, sociais e educacionais, intervêm na construção do corpo, dos indivíduos em diversas dimensões, tendo isto como ponto básico para o entendimento das/os mães, pais e responsáveis, para compreender que a educação para sexualidades não expõe as crianças e adolescentes à relação sexual avulsa, e sim,

¹² Avaliação, entendimento e visão do ser humano de forma integral, tendo em vista tudo que o/a envolve. Disponível em: <<http://www.redge.org.pe/node/1679>> Acesso em: 19 de novembro de 2021.

ensinam o natural e que integram o seu eu em construção (Secretária de Educação Fundamental - Brasil, 1997, p. 139-140).

Quando questionados/as sobre a capacidade dos/as professores/as em dialogar sobre as temáticas sexuais, foi relatado de forma expressa que o principal desafio é a falta de informações adequadas aplicadas na prática pedagógica dos/as educadores/as.

Nem todos, pois muitos não respeitam a individualidade além da formação para informação (Clarice, 34 anos).

Sim, pois eles são excelentes, porém falta essa parte sexual (Farias, 30 anos).

Asinelli-Luz, Morales e Manikowski (2007) corroboram com as falas dos/as entrevistados/as referentes à informação e debates da temática acerca das sexualidades na escola, afirmando que a abordagem deve refletir a vivência e conhecimento global do/a docente acerca das indagações do alunado e da sua própria sexualidade. Conhecer seu público, entender suas sindicâncias e trazer sua própria vivência sexual, isto no que tange o/a professor/a, é um ponto de partida para uma ampla expressão da educação para sexualidades no ambiente escolar.

O despreparo dos/as educadores/as continua sendo um grande obstáculo à implementação da educação sexual nas escolas. É evidente que os/as responsáveis reconhecem a importância de se abordar a educação sexual no ambiente escolar, no entanto, a dificuldade não está na baixa adesão familiar a esse debate, mas sim na deficiência na formação dos/as educadores/as e na falta de apoio por parte da gestão escolar.

Não, porque como dizem né, no Brasil tem o presidente para dizer o que fazer, na escola tem a diretora e ela não liga para essas coisas (Cláudia, 30 anos).

Não sabem não, pois eles querem dar da forma deles, dizendo a vivência deles, fazendo o que eles acham, passando a ideia deles, por exemplo dizendo que é só usar camisinha, falando ser normal, transar com qualquer um, só usar camisinha, tirando a ideia dos pais de casar virgem por exemplo (Yan, 36 anos).

Mesmo reconhecendo a importância do tema, muitos ainda estão imersos em uma mentalidade machista, na qual não percebem a necessidade do debate sobre sexualidades, acreditando que este é um papel exclusivo da família, e não da escola. Como podemos observar, a seguir, na fala de um dos entrevistados:

Não sabem, e isso não é adequado, pois quem deve falar são os pais, não acho adequado as professoras falarem, mesmo sendo educadora (José, 46 anos).

Segundo Glauberto Quirino e João Rocha (2012), a escola historicamente é um espaço privilegiado para o saber, de qualquer magnitude, um local de pluralidade tanto

do ponto de vista interno (estudantes, educadores/as, funcionários/as de apoio e gestão), como do ponto de vista ideológico, tendo em vista a plausibilidade de encontrar neste ambiente educacional uma diversidade de ações, ideias e experiências, que legitimam a ordem dominante.

Mas o que a escola tem feito para ampliar os debates sobre educação sexual? Será que o ambiente estudantil compreende a individualidade de seu público, investe na formação de seus/suas educadores/as? Observemos como os/as entrevistados/as pensam acerca das medidas adotadas para discutir sobre sexualidade na escola.

Não tem adotado nenhuma medida. Eu acho que deveria escutar os pais, para dizer como será abordado (Yan, 36 anos).

Não, até em momentos específicos, não é debatido (Clarice, 34 anos).

É no espaço escolar que crianças e jovens amadurecem e entram em contato com significados, individualidades, coletividades e valores para sua vivência e experiências. Diante disto, surge a importância de se abordar neste espaço a temática sexualidades, visto que estes valores são assim confrontados, e que o homem elaborará sua própria conduta, segundo Maria Toledos, Maria Grassi e Carlos França (1995). No entanto é importante lembrar que a relação de intimidade com a família e comunidades, é pertinente para um currículo que aloque e entenda as singularidades de cada estudante:

“[...] isto é importante porque a família, esquivando-se dos assuntos e vivências sexuais dos jovens, acaba por não lhes oferecer uma orientação sexual que realmente os auxilie em suas dúvidas e/ou dificuldades, delegando para a escola tarefas primordialmente suas” (Toledos, Grassi; França, 1995, p.4).

Importância, dificuldades e sugestões acerca do trabalho da educação para as sexualidades na escola

O ambiente escolar, quando compreendido como espaço importante para o amadurecimento e conhecimento pleno dos/as estudantes, que transcende debates tradicionais, é um ponto de partida para a alocação e aplicabilidade da educação.

É imprescindível que os/as professores/as e gestão escolar ouçam os pais, mães e responsáveis acerca da temática e como ela deve ser aplicada no cotidiano de seus filhos/as na escola, estreitando assim laços e ampliando olhares, tendo em vista que esse

debate adentra a escola mesmo que indiretamente, por meio das experiências explanadas pelos/as estudantes de diversas faixas etárias.

As questões sexuais que são abordadas na escola são extremamente importantes para o melhor desenvolvimento destes e também para a relação para com seus responsáveis. Quando questionados/as sobre a pertinência de abordar questões relacionadas à sexualidade na escola e em sua relação cotidiana com os/as filhos/as, as/os mães, pais e responsáveis destacam que:

Com certeza ficaria melhor, pois lá ia esclarecer muito melhor, de forma correta, não deixando ela me fazer essas perguntas, pois hoje, ela chega cheia de dúvidas ainda (Yan, 36 anos).

Eu acho que seria interessante, como eu tenho a visão de ser mais aberta, de conversar sobre tudo, eu acho que, porventura, se ele participasse de ações na escola, ele se sentiria mais à vontade e eu também, pois melhoraria o desenvolvimento dele (Clarice, 34 anos).

Com certeza, porque ajudava a gente entrar em determinado assunto, pois é mais fácil ele perguntar para a gente explicar mais sobre o assunto já falado (Farias, 30 anos).

Sim, muito importante, ajuda muito, pois quando chega da escola eles já dizem o que aprendeu e que ficou sabendo disso, daquilo, facilitando minha vida (Cláudia, 30 anos).

Em geral, os/as estudantes são frequentemente silenciados por uma visão tradicional, pois ainda persiste a ideia de que ensinar educação para sexualidades na escola é uma prática irrelevante. Muitas vezes, acredita-se que essa demanda deveria ser tratada exclusivamente por profissionais de saúde, e não por educadores/as. No entanto, será que a escola não desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da sexualidade humana? É essencial compreender que a abordagem das questões relacionadas à educação para sexualidades na escola contribui para romper tabus e padrões de gênero. Ela não se limita à relação sexual e/ou gravidez, mas abrange temas como diversidade sexual, identidade de gênero, o processo saúde-doença e sexismo, além de atuar como porta-voz para as indagações dos/as estudantes.

Na ótica das/os mães, pais e responsáveis, uma das grandes barreiras para melhor falar e aplicar a educação sexual na escola é a formação dos/as professores/as e a visão enrijecida das escolas contemporâneas.

A falta de informação e importância verdadeira sobre o tema, colocando ideias individuais, abordando de qualquer jeito, dificulta (Yan, 36 anos).

Primeiro a questão da formação, não dá a devida atenção do educador, negligenciar as questões que surgem na sala de aula e planejamento de ações (Clarice, 34 anos).

Eu acho assim, que muita gente ainda tem uma mentalidade das pessoas de antigamente, uma idade mais avançada, são povo muito antigo. Essa

mentalidade acaba dificultando, pois eles vêm como pecado. É tradicional (Farias, 30 anos).

Primeiro ter um profissional que saiba falar sobre o assunto, e segundo iniciativa da diretoria é importante (Cláudia, 30 anos).

Os pais demonstram reconhecer a pertinência da temática, no entanto, compreendem que, para abordar essa demanda, é necessária uma formação, mesmo que básica, sobre a educação para sexualidades. Nery *et al.* (2015) descrevem que, quando os pais, mães e responsáveis não evitam o diálogo sobre o tema, geralmente o fazem de maneira extremamente superficial. Além disso, afirmam que profissionais da saúde e/ou da educação são mais capacitados para tratar desse debate, especialmente no que se refere à orientação da família, da escola e do público infantojuvenil.

Segundo um dos entrevistados, a escola não parece ser um local propício para tal debate:

Eu acho errado, pois são crianças, crianças é um negócio sério, para falar isso tem de ser um local adequado, pois os dias de hoje é complicado. A dificuldade é o local, que não é adequado, isso tem de ser dito em casa com os pais, pois a escola é só para ensinar a ler e escrever (José, 46 anos).

Infelizmente, devido a essa visão conservadora e à falta de políticas públicas que informem a população, especialmente pais, mães e responsáveis, sobre a educação para sexualidades, os debates ainda enfrentam censura no ambiente familiar, especialmente por parte dos pais em relação às suas filhas. Segundo Jorge Montardo (2008), os/as alunos/as, escola e docentes vivenciam as questões sexuais de diversas maneiras e o proibicionismo leva a consequências impactantes no desenvolvimento e maturação da vida deste público. O autor ainda enfatiza que é primordial compreender a escola como espaço ímpar para esta discussão, independentemente da idade do alunado, e seguir com o contexto de subjetividade, visando abordar a educação para sexualidades conforme a faixa etária.

Uma abordagem pluralizada, que entenda as dificuldades e perfis de cada estudante, é essencial para efetivar o debate sobre a educação sexual na escola. Ressaltamos que a relação da família-escola deve ser bem observada e trabalhada, pois esse laço é a base para disseminar e concretizar as questões para sexualidades no ambiente educacional.

Infelizmente, segundo os/as entrevistados/as, em reuniões estudantis ou em alguns momentos informais, a escola tem dificuldade em abordar questões sobre sexualidade, seja com os pais, mães e responsáveis, ou com os próprios estudantes.

Não, nenhuma vez foi abordado, é trágico isso (Clarice, 34 anos).

Nunca ninguém falou não sobre isso não, eles só falaram um dia que algumas crianças estavam com camisinha no banheiro que a câmera pegou, aí no final da reunião chamou as mães e disseram para ter cuidado com elas, mais só abordou como informação e não disse mais nada, só isso mesmo (Yan, 36 anos).

Figueiró (2006) descreve que a temática de educação para sexualidades deve ser articulada desde o currículo básico, como explanam os PCNs, desde 1ª à 8ª série, de duas formas: dentro da programação conteudista ou extraclasse com ações e fóruns; todavia para tal conduta, os/as educadores/as devem deter de um arsenal de informações e conhecimentos, articulados com a gestão escolar e família para melhoria efetiva das ações.

Segundo as transcrições elaboradas, observamos que as famílias entrevistadas desejam uma abordagem para as questões acerca das sexualidades, no entanto, a escola não tem gerado articulações para tal debate, em suas percepções. Compreender de forma mais ampla que a escola é um local válido e importante para as problematizações da temática sexual, e quando conectada com a família, essa informação tem uma forma mais articulada na vivência dos/as estudantes, é um passo a ser alcançado diariamente.

Os depoimentos demonstram uma ambiguidade em relação à importância da educação para sexualidades. Por um lado, os/as entrevistados/as reconhecem que a temática deve ser abordada na escola, considerando relevante que os educadores discutam questões relacionadas à sexualidade com os estudantes. No entanto, um dos entrevistados declarou que a escola não seria o espaço ideal para tal discussão, refletindo um certo distanciamento do papel que a instituição de ensino poderia desempenhar nesse processo.

Além disso, muitos responsáveis alegam que, em casa, esse debate não é realizado, silenciando em ambos os espaços o debate. A questão que se coloca é: onde, então, os/as estudantes poderão ouvir e sanar suas dúvidas sobre sexualidade, se nem em casa, nem na escola, essas conversas são viabilizadas de forma adequada?

Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo analisar, sob a perspectiva de mães, pais e responsáveis de estudantes, a compreensão sobre a temática da educação para as sexualidades. Dentre os dados encontrados, destacam-se aspectos importantes, como a falta de conhecimento dos/as responsáveis sobre a educação para sexualidades, desde seu conceito até sua aplicabilidade, restringindo-se, muitas vezes, à visão normativa imposta socialmente, centrada apenas na reprodução e na relação sexual explícita.

Observou-se que os/as responsáveis reconhecem a pertinência da educação sexual na escola, especialmente como ferramenta informativa em determinadas fases da vida de seus/suas) filhos/as. No entanto, quando o debate envolve responsáveis do gênero masculino, prevalece uma percepção de inadequação, compreendendo o tema como impróprio para ser abordado no ambiente escolar. De acordo com os resultados, percebe-se que a abordagem do tema ainda encontra resistência, mesmo diante de evidências que apontam para seu alto potencial resolutivo quando trabalhado em ambiente educacional com o apoio e envolvimento das famílias.

Diante disso, torna-se essencial um trabalho integrado e interdisciplinar entre famílias, comunidades, profissionais da educação e da saúde, a fim de mitigar os impactos dessa problemática social. Ressalta-se também a necessidade de pesquisas ampliadas, com diversidade geográfica e sociocultural, que explorem as percepções de mães, pais e responsáveis, e promovam ações formativas que fortaleçam o debate sobre sexualidades no ambiente escolar, contribuindo para qualificar a prática docente em diferentes níveis educacionais.

Referências

ANAMI, Liliane Furtado; FIGUEIRÓ, Maria Nilce de Deus. Interação família-escola na educação sexual: reflexões a partir de um incidente. **Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum**, 2009.

ASINELLI-LUZ, Ana; MORALES, Cícero; MANIKOWSKI, Talita Santos. Educação sexual: perfil e prática de educadores/as. In: **Mostra saúde e prevenção nas escolas**, 2., 2007, Brasília. Brasília: UnB, 2007.

BARBOSA, Bruna Moreira; ARAÚJO, Emanuelle Medeiros de; MOURA, Kamyla Mayara de Paiva. **O pedagogo enquanto mediador da proposta de educação sexual**. João Pessoa: UFPB, 2003. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso.

BARROS, Suely Carla de; RIBEIRO, Paulo Roberto Costa. Educação para a sexualidade: uma questão transversal ou disciplinar no currículo escolar? **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, v. 11, n. 1, 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAREGNATO, Rita de Cássia Andrade; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 15, p. 679-684, 2006.

CÉSAR, Mariana Regina de Almeida Gonçalves. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "epistemologia". **Educar em Revista**, p. 37-51, 2009.

DINIS, Nádia; ASINELLI-LUZ, Ana. Educação sexual na perspectiva histórico-cultural. **Educar em Revista**, p. 77-87, 2007.

FERREIRA, Eduarda Raquel Silva; CARVALHO, Maria Elizabete Pereira de. **Gênero e orientação sexual na produção dos trabalhos de conclusão do Curso de Pedagogia/UFPB, nos últimos 20 anos (1997-2016)**. João Pessoa: UFPB, 2017. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso.

FIGUEIRÓ, Maria Nilce de Deus. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. **Revista Linhas**, v. 7, n. 1, 2006.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. 10. ed. São Paulo: Olho d'Água, 2000.

FURLANI, Janine. Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da Educação Sexual. **Educação em Revista**, p. 269-285, 2007.

GAVA, Thalita; VILLELA, Wilza Vieira. Educação em sexualidade: desafios políticos e práticos para a escola. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, p. 157-171, 2016.

GONÇALVES, Rogério Costa; FALEIRO, Josiane Henriques; MALAFAIA, Guilherme. Educação sexual no contexto familiar e escolar: impasses e desafios. **Holos**, v. 5, p. 251-263, 2013.

JUSTIFICANDO. Por que é importante falar de educação sexual nas escolas. Disponível em: <https://www.justificando.com/2018/11/23/por-que-e-importante-falar-de-educacao-sexual-nas-escolas/>. Acesso em: 25 set. 2021.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MAIA, Adriana Carla Bezerra. A importância das relações familiares para a sexualidade e a autoestima de pessoas com deficiência física. **O Portal dos Psicólogos**, Portugal,

2010. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0515.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2021.

MAIA, Adriana Carla Bezerra; RIBEIRO, Paulo Roberto Moreira. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 16, n. 2, p. 159-176, 2010.

MAIA, Adriana Carla Bezerra; RIBEIRO, Paulo Roberto Moreira. Educação sexual: princípios para ação. **Doxa**, v. 15, n. 1, p. 75-84, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MONTARDO, Jorge. A escola e a educação sexual. **La Salle – Revista de Educação, Ciência e Cultura**, v. 13, n. 1, p. 161-173, 2008.

NERY, Iracema Silva; GOMES, Janaina da Silva; FERNANDES, Amanda Suellen dos Santos, *et al.* Abordagem da sexualidade no diálogo entre pais e adolescentes. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 28, p. 287-292, 2015.

OLIVEIRA, Maria de Fátima de. **Metodologia científica: manual para a realização de pesquisas em Administração**. Catalão: Universidade Federal de Goiás, 2011. 72 p.

PEDROSO, Júlio Sérgio; SILVA, Karine Santos da; SANTOS, Lílían Pereira dos. Pesquisa descritiva e pesquisa prescritiva. **JICEX**, v. 9, n. 9, 2017.

PUGLISI, Maria Lucia; FRANCO, Beatriz. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília, DF: Liber Livros e Editora LDTA, 2005.

QUIRINO, Gláucia Simone; ROCHA, João Batista Teixeira da. Sexualidade e educação sexual na percepção docente. **Educar em Revista**, n. 43, p. 205-224, 2012.

SAITO, Miriam Ines; LEAL, Márcia Machado. Educação sexual na escola. **Pediatria**, v. 22, n. 1, p. 44-48, 2000.

TOLEDOS BRUNS, Marilda Aparecida de; GRASSI, Marcos Vinícius; FRANÇA, Cláudia. Educação sexual numa visão mais abrangente. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 6, n. 1, 1995.

Recebido em janeiro de 2025.

Aprovado em maio de 2025.